

REFORMA DA PREVIDÊNCIA É APROVADA

Após oito meses de debates, o Senado avalizou a maior alteração nas aposentadorias da história do país. Regras passam a valer depois da promulgação, prevista para ocorrer em novembro.

| 6 a 9, 13 e 14

POLÍTICA +



ROSANE DE OLIVEIRA

Com Paulo Egídio | paulo.egidio@zerohora.com.br | 3218-4387

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Saída jurídica para evitar debandada

Aos 45 minutos do segundo tempo, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) encontrou uma brecha jurídica para conter a debandada de servidores graduados que estão na fila para se aposentar antes da promulgação da reforma da Previdência pelo Congresso.

Um parecer assinado pelo procurador-geral, Eduardo Cunha da Costa, diz que o parágrafo 9º do artigo 39 da Constituição, que proíbe a incorporação de gratificações na aposentadoria, não se aplica a quem já tem o direito adquirido. Traduzindo, quem já conta cinco anos consecutivos ou 10 intercalados de função gratificada pode incorporar esse adicional quando se aposentar, desde que siga no

cargo de chefia.

Diante do risco de perder dinheiro, centenas de servidores que já preenchem as condições para se aposentar formaram fila para protocolar o pedido antes da promulgação da PEC 06/2019. Com essa nova interpretação, o governo espera retardar a aposentadoria de pessoas-chave na administração, caso do comandante-geral da Brigada Militar, coronel Mario Ikeda.

À coluna, Ikeda disse que ainda está avaliando se segue no cargo ou se vai para a reserva. Como completa 35 anos de BM em fevereiro, pela lei atual o coronel teria de se aposentar compulsoriamente no início de 2020.

A chefe de Polícia, Nadine Anflor, torce para que Ikeda aceite continuar no comando:

– Trabalhamos muito sintonizados. Será um perda enorme para o Estado se o coronel Ikeda for para a reserva agora.

Alarmado com o risco de perder seus melhores quadros, o vice-governador Ranolfo Vieira Júnior, secretário da Segurança Pública, pediu à PGE que encontrasse uma solução jurídica capaz de reter os servidores civis e militares que sairiam para não perder as gratificações a que já têm direito de incorporar na aposentadoria.

Hoje, quase 8 mil funcionários estão em

condições de se aposentar, mas, por continuarem na ativa, recebem algum tipo de adicional de permanência.

Pela manhã, o governo decidiu aplicar como regra outro parecer da PGE que garante promoção automática aos praças da Brigada no momento em que entram para a reserva, desde que atinjam, até o final de 2019, os requisitos para aposentadoria. O parecer é válido apenas para os que ingressaram no Estado antes de 24 de julho de 2017, já que lei complementar estadual daquele ano eliminou esse direito para os praças.

Projeto que tramita no Congresso prevê acabar com a promoção automática para servidores de todas as esferas.

GAÚCHAZH.

Leia outras
colunas em
[gauchazh.com/
rosaneoliveira](http://gauchazh.com/rosaneoliveira)

Colaborou Débora Cademartori

POLÍTICA +



ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Com Paulo Egídio | paulo.egidio@zerohora.com.br | 3218-4387

Na Polícia Civil, impacto é baixo

Como a remuneração na Polícia Civil já segue o modelo de subsídio, sem adicionais de tempo de serviço e com funções gratificadas de valor quase simbólico, não houve corrida às aposentadorias.

A chefe de Polícia, delegada Nadine Anflor, diz que as FGs para quem ocupa cargos de direção ficam em torno de R\$ 400 e, por isso, o impacto da emenda constitucional que acaba com as incorporações não é relevante.

POLÍTICA +



ROSANE DE OLIVEIRA

Com Paulo Egídio | paulo.egidio@zerohora.com.br | 3218-4387

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Federasul dá apoio a pacote

Na abertura de seu 15º Congresso, na sexta-feira, em Gramado, a Federasul vai divulgar carta aberta de apoio ao pacote de medidas do governador Eduardo Leite.

A presidente da Federasul, Simone Leite, diz que o governador está sendo corajoso ao enfrentar as corporações e propor projetos difíceis, como privatizações, concessões e reforma estrutural do Estado.

Leite confirmou presença na abertura do congresso.

Com Previdência aprovada, Guedes quer mais reformas

Novas regras para aposentadoria passam a valer após promulgação, em novembro. Economia para o governo ficou em R\$ 800 bilhões

MATEUS FERRAZ

mateus.ferraz@gruporbs.com.br

RBS BRASÍLIA

Ao aprovar a reforma da Previdência em segundo turno, o Senado deu mais um passo rumo à conclusão da mais importante proposta do presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro ano de mandato. O placar foi de 60 votos favoráveis e 19 contrários, superando a expectativa do governo. Mas, em seguida, o clima de otimismo entre governistas deu lugar à cautela. O risco de mudanças na proposta, por meio de destaques, empurrou para hoje o final da votação.

Alheios à discussão, apoiadores do Palácio do Planalto aplaudiram a principal vitória ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes.

– O resultado foi o que era possível, estamos muito felizes e estamos a caminho das novas reformas – disse Guedes.

Entre as próximas iniciativas, está o pacote que propõe alterar o pacto federativo, dando maior autonomia a Estados e municípios, que deverá chegar ao parlamento na próxima semana. Desde que começou a tramitação, em fevereiro, o ministro viu o Congresso desidratar o projeto inicial, passando a economia inicial de

R\$ 1,2 trilhão para R\$ 800 bilhões ao longo de 10 anos.

– Todos os senadores e senadoras se envolveram pessoalmente nas discussões e aperfeiçoaram esta matéria, corrigindo alguns equívocos e fazendo justiça social com quem mais precisa – disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O caminho para a aprovação foi aberto durante a manhã, quando o relator do texto, Tasso Jereissati (PSDB-CE), acatou três emendas de redação. A primeira inclui o termo “no mínimo” no tempo de contribuição dos trabalhadores que lidam com agentes nocivos à saúde, que é de 15, 20 ou 25 anos, conforme o grau de risco.

Outra emenda acatada deixa claro no texto que o sistema de contagem de pontos para requerer aposentadoria na regra de transição sobe um ponto a cada dois anos. Já a terceira melhora a redação do texto para evitar a judicialização nos regimes próprios de previdência de servidores.

Após a aprovação do texto-base, dois destaques – sugestões de alterações na proposta – foram

2

senadores gaúchos votaram a favor da reforma: Lasier Martins (Pode) e Luis Carlos Heinze (PP)

1

senador do Estado votou contra: Paulo Paim (PT)

derrubados. Um deles acabava com as regras de transição, enquanto o outro permitiria contabilizar tempo de trabalho sem contribuição no cálculo para a aposentadoria.

Ao analisar o terceiro destaque, proposto pelo PT, houve discussão no plenário, o que levou à suspensão da

sessão. A bancada defendia a retirada de um trecho que dificulta o acesso à aposentadoria especial para quem atua em locais insalubres. Senadores que apoiaram o texto-base demonstraram insegurança sobre o tema e ameaçaram votar contra o Planalto.

Para evitar derrota que representaria menos R\$ 23 bilhões na economia da proposta, Alcolumbre suspendeu a sessão e convocou um novo encontro para as 9h de hoje. Ele pediu parecer para a área técnica da Casa para esclarecer se há retirada de direitos previstos na legislação. A expectativa é de que a promulgação ocorra em novembro, após o retorno de Bolsonaro ao país.

GAÚCHAZH.

Simule como as regras impactam sua aposentadoria em bit.ly/SimuladorGZH

ROQUE DE SÁ, AGÊNCIA SENADO



Proposta de emenda à Constituição recebeu 60 votos favoráveis na votação em segundo turno no Senado

Setor privado (INSS)

Aposentadoria por idade

Como é



65 anos de idade e mínimo de **15 anos de contribuição**



60 anos de idade e mínimo de **15 anos de contribuição**

Como fica



Mantém a idade mínima de **65 anos** e estipula o mínimo de **20 anos de contribuição**. O trabalhador que estiver no sistema **antes** da lei entrar em vigor segue com mínimo de **15 anos** de contribuição.



A idade mínima **sobe para 62 anos** e mantém o tempo mínimo de **15 anos de contribuição**.

Aposentadoria por tempo de contribuição

Como é



35 anos de contribuição



30 anos de contribuição

Como fica



Extinta



Extinta

Cálculo do benefício da aposentadoria por idade

Como é



Mínimo de **30 anos de contribuição** para conseguir benefício de **100% da média salarial** (calculada com base nas 80% maiores contribuições descartando as 20% mais baixas).

O **tempo de contribuição** começava em **15 anos com 85% da média salarial**, que aumentava **1%** a cada ano contribuído a partir dos 15 anos.

Como fica



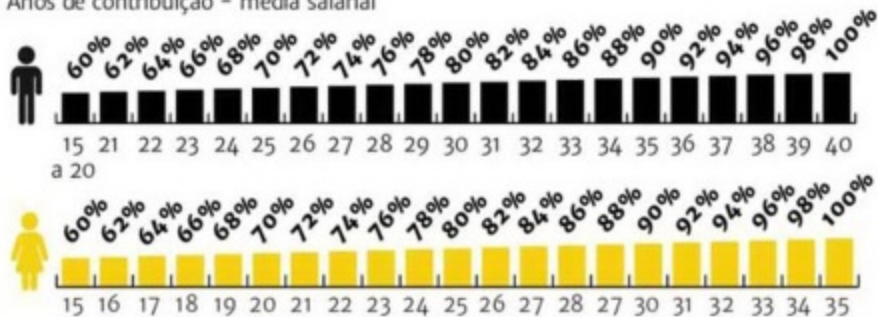
Mínimo de **40 anos de contribuição** para conseguir benefício de **100% da média salarial** (100% das contribuições). O benefício começa com **60% entre 15 e 20 anos de contribuição**. A partir de 21 anos de contribuição, **2%** são acrescidos a cada ano.



Mínimo de **35 anos de contribuição** para conseguir benefício de **100% da média salarial** (100% das contribuições). O benefício começa com **60% em 15 de contribuição**. A partir de 16 anos de contribuição, **2%** são acrescidos a cada ano.

Evolução para cálculo do benefício

Anos de contribuição - média salarial



Setor público

Aposentadoria por idade

Como é



60 anos de idade mais o mínimo de **35 anos de contribuição** (10 anos no serviço público e cinco no cargo).



55 anos de idade mais o mínimo de **30 anos de contribuição** (10 anos no serviço público e cinco no cargo).

Como fica



65 anos de idade mais o mínimo de **25 anos de contribuição**, pelo menos 10 anos no serviço público e cinco no cargo no qual irá se aposentar.



62 anos de idade mais o mínimo de **25 anos de contribuição**, pelo menos 10 anos no serviço público e cinco no cargo no qual irá se aposentar.

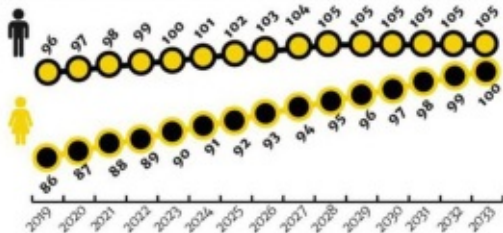
Regras de transição

SETOR PRIVADO (INSS)

Pontos

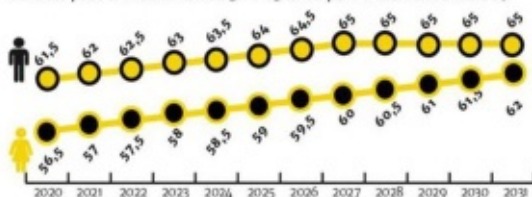
Soma de idade mais tempo de contribuição, chegando a 86, para mulher, e 96, para homem, aumentando 1 ponto a cada ano até chegar a 100 pontos para mulher e 105 pontos para homem. O tempo de contribuição mínimo segue o mesmo: 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens).

Evolução de idades na regra dos pontos



Idade mínima progressiva

56 anos de idade e 30 anos de contribuição para mulheres e 61 anos para homens e 35 anos de contribuição. A partir de janeiro de 2020, a idade sobe gradativamente, aumentando seis meses a cada ano até alcançar 62 anos para a mulher em 2031 e 65 anos para o homem em 2027.



Pedágio de 50%

Para quem está a dois anos, ou menos, de completar o tempo de contribuição – que atualmente é de 35 anos para homem e 30 anos para mulher. O trabalhador que optar por essa modalidade terá de **trabalhar 50% além do tempo que falta**.

Exemplo: Trabalhador homem que tem 33 anos de contribuição terá de contribuir mais três anos em vez de mais dois.

A mulher que tem 28 anos de contribuição terá de contribuir mais três anos em vez de dois.

Pedágio de 100%

Idade mínima de 57 anos, para mulheres, e 60, para homens, com pedágio de tempo igual ao mesmo período que ainda falta de contribuição.

Exemplo: Um homem com 54 anos de idade e 30 de contribuição teria de contribuir por mais 10 anos em vez de cinco, se aposentando com 64 anos e 40 de contribuição.

SETOR PÚBLICO

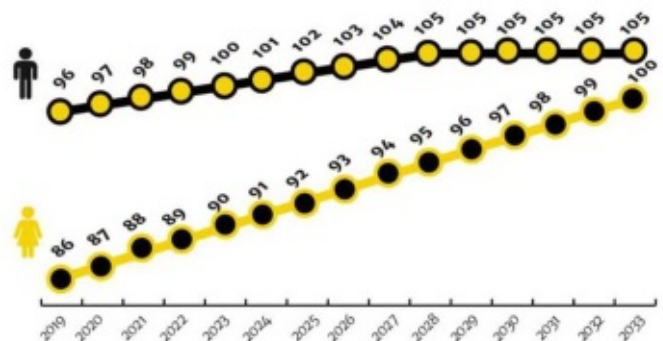
Pontos

Homens com pelo menos 61 anos e mulheres com pelo menos 56 anos – em janeiro de 2022, sobe para 62 (H) e 57 (M) –, podem somar a idade com o tempo de contribuição para atingir 96 pontos (H) e 86 pontos (M). Além disso, precisam ter 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo que irão se aposentar. A regra estipula o crescimento de um ponto por ano até 2033 para mulheres (100) e até 2028 para homens (105). O tempo mínimo de contribuição dos servidores será de 35 anos (H) e de 30 anos (M).

Pedágio de 100%

Idade mínima de **57 anos, para mulheres, e 60, para homens**, com pedágio de tempo igual ao mesmo período que ainda falta de contribuição (**35 anos para homem e 30 anos para mulher**).

Evolução de idades na regra dos pontos



A Previdência, o Brasil e o Chile

Depois de encaminhar a aprovação da reforma da Previdência no Congresso, o governo Jair Bolsonaro não pode ficar restrito ao ajuste fiscal, dizem especialistas. Segundo eles, o Planalto deve buscar medidas que compensem o fato de a população ter de trabalhar por mais tempo.

Embora reconheça as dificuldades das contas públicas, o economista Ely José de Mattos, professor da PUCRS, avalia que ir além da reforma é uma maneira de proteger camadas mais desfavorecidas da população.

– O estímulo

a programas educacionais será ainda mais necessário. Com as reformas trabalhista e da Previdência, precisaremos de trabalhadores mais competitivos por mais tempo. Além disso, programas sociais como o Bolsa Família também têm de ser fortalecidos. Isso não é caridade. É uma medida social – defende o economista.

Apesar das diferenças, Ely cita o Chile como exemplo que o Brasil deve analisar. Ao longo das últimas décadas, o país andino “ignorou” o aumento da desigualdade social, segundo o economista. O resultado

do descontentamento da população local ganhou as ruas nos últimos dias, com a eclosão de uma onda de protestos. Um dos alvos das críticas é o baixo nível de salários e de aposentadorias. O modelo de previdência em vigor no Chile é o de capitalização, que ficou de fora da reforma brasileira, apesar dos elogios do ministro da Economia, Paulo Guedes.

– O que aconteceu com o Chile é consensual. O país ignorou o aprofundamento da desigualdade. É lógico que o cenário de lá não é igual ao daqui. Mas é preciso olhar mais para a distribuição de renda – comenta Ely.

GAÚCHAZH.

Leia outras
colunas em
**gauchazh.com/
martasfredo**

A preocupação com a desigualdade no Brasil encontra reflexo nos números. A diferença entre ricos e pobres sobe no país há 17 trimestres consecutivos, pouco mais de quatro anos. O ciclo é o mais longo já verificado pelo centro de estudos FGV Social.

Ontem, a iminente aprovação da reforma repercutiu de maneira positiva no mercado financeiro. A bolsa de valores de São Paulo fechou em alta de 1,28%, a 107.381 pontos. Com o resultado, renovou seu recorde histórico. O dólar caiu 1,33%, cotado a R\$ 4,076.

RBS BRASÍLIA

Com Mateus Ferraz
mateus.ferraz@gruporbs.com.br



CAROLINA BAHIA

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

A maior vitória

A aprovação da reforma da Previdência é a maior vitória de Jair Bolsonaro no primeiro ano de mandato. Caso a proposta tivesse fracassado, o presidente teria pouco a apresentar. Da pauta econômica liberal, o ajuste fiscal com as aposentadorias é a promessa cumprida. Algumas concessões foram feitas, mas um pacote robusto de privatizações ficou para o próximo ano. O mote “Mais Brasil, Menos Brasília” depende da concretização do pacto federativo. E o ano legislativo está acabando. Para avançar na impopular

reforma da Previdência, Bolsonaro contou com o apoio de seu eleitorado, além de um ambiente aberto às novas regras – iniciado no governo de Michel Temer – e do robusto apoio dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Sem Maia, a articulação política teria naufragado. O governo tem, sim, motivos a comemorar. Mas a reforma isolada não significa um portal rumo à prosperidade, como um dia disse o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.